TERMINAL CORREDOR NORTE S.A.

CNPJ nº 14.907.194/0001-18

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/16	31/12/15
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.157	6.409
Contas a receber de clientes	6	2.197	1.442
Impostos a recuperar	7	2.041	1.671
Outros créditos		723	414
Total do ativo circulante		9.118	9.936
Não Circulante			
Partes relacionadas	9	132	391
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	10.721	3.289
Investimento		63	63
Imobilizado	10	124.127	130.775
Intangível	11	100.102	112.045
Total do ativo não circulante		235.145	246.563
Total do Ativo		**244.263**	**256.499**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/16	31/12/15
Circulante			
Fornecedores	12	327	1.682
Empréstimos e financiamentos	13	45.604	38.916
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	14	1.143	824
Adiantamentos de clientes		-	79
Contas a pagar pela concessão	16	2.939	1.827
Outros passivos	17	1.038	1.390
Total do passivo circulante		51.051	44.718
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	62.145	56.078
Contas a pagar pela concessão	16	36.316	45.670
Outros passivos	17	-	198
Total do passivo não circulante		98.461	101.946
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	116.000	116.000
Prejuízos acumulados		(21.249)	(6.165)
Total do patrimônio líquido		94.751	109.835
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**244.263**	**256.499**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	31/12/16	31/12/15
Receita Líquida	20	**14.067**	**23.855**
Custo das mercadorias vendidas	21	(189)	-
Custo dos serviços prestados	21	(23.399)	(21.803)
Lucro (Prejuízo) Bruto		(9.521)	2.052
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	21	(3.510)	(1.928)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(1)	2
Lucro (Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro		**(13.032)**	**126**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	22	1.696	2.430
Despesas financeiras	22	(11.180)	(8.882)
		(9.484)	(6.452)
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(22.516)**	**(6.326)**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	8	7.432	2.136
Prejuízo do Exercício		**(15.084)**	**(4.190)**
Prejuízo por Ação - R$	19	**(0,130)**	**(0,036)**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/16	31/12/15
Prejuízo do Exercício	**(15.084)**	**(4.190)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(15.084)**	**(4.190)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/16	31/12/15
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.516)	(6.326)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisões	-	325
Depreciação e amortização	14.013	9.036
Custo residual do ativo imobilizado baixado	718	1.732
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	(1.458)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.869	8.830
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(755)	(497)
Impostos a recuperar	(370)	(71)
Outros créditos	(309)	130
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.355)	1.566
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	319	48
Adiantamentos de clientes	(79)	79
Contas a pagar pela concessão	(3.035)	2.871
Outros passivos	(550)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(4.050)	16.265
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.273)	(5.806)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12.323)	10.459
Fluxo de Caixadas Atividades de Investimento		
Aumento de investimento	-	(57)
Títulos e valores mobiliários	-	26.909
Aumento de imobilizado e intangível	(1.347)	(19.401)
Outros créditos - partes relacionadas	259	(331)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.088)	7.120
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Contratação de empréstimos e financiamentos	43.860	11.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(32.701)	(24.743)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	11.159	(13.743)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.252)**	**3.836**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	6.409	2.573
No fim do exercício	4.157	6.409
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.252)**	**3.836**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 de 2015
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	**116.000**	**(1.975)**	**114.025**
Prejuízo do exercício	-	(4.190)	(4.190)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	**116.000**	**(6.165)**	**109.835**
Prejuízo do exercício	-	(15.084)	(15.084)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**116.000**	**(21.249)**	**94.751**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Terminal Corredor Norte S.A. ("Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, constituída em 15 de dezembro de 2011. Sua sede está localizada na Rua Alameda Vicente Pinzon, 51 - 5° andar - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e as condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto pelas partes e seus representantes nas decisões, a gestão e a forma de eleição dos membros dos órgãos de administração, o direito de preferência das partes nas transferências e aquisições de ações e o direito de venda conjunta ("tag along") e de exigir a venda ("drag along") de ações pelas partes. A Companhia tem por objeto social, único e exclusivo, a exploração do arrendamento do Lote I do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto da Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP, incluindo a realização dos investimentos necessários à construção, administração, operação, exploração e manutenção de suas instalações portuárias, bem como à estrutura de expedição compartilhada, visando à movimentação e ao armazenagem de granéis sólidos vegetais, além de serviços acessórios e complementares decorrentes da operação portuária, na modalidade de instalação portuária de uso público, nos termos da legislação aplicável. O preço total do arrendamento foi R$63.889, incluindo o pagamento de adiantamento ("downpayment") de R$1.889. O arrendamento envolve o direito de exploração do Lote I do TEGRAM por um período de 25 anos. Há participação de mais três consorciadas na construção da área comum do respectivo porto onde o terminal está localizado. Em virtude disso, foi constituído o Consórcio TEGRAM - Itaqui. As demais consorciadas participantes são a Glencore Serviços S.A., Amaggi & LD Commodities Terminais Portuários S.A. e Corredor Logístico e Infraestrutura S.A. O arrendamento permite a utilização de uma área total de 40.327 m², sendo 22.550 m² de área individual exclusiva e a área remanescente de participação igualitária e de uso comum entre as outras arrendatárias. Pelo arrendamento, a Companhia deve pagar mensalmente o aluguel mínimo equivalente a R$774. Adicionalmente, existe o compromisso de pagamento sobre tonelada movimentada (R$2,03 por tonelada), respeitando a obrigatoriedade de pagamento mínimo equivalente à movimentação de 47.261.019 toneladas por ano, a partir de 1º de janeiro de 2013. As obrigações mencionadas são reajustadas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. As operações da Companhia tiveram início em 2015 com a conclusão da obra do armazém, e em junho de 2015 já estava operando na totalidade de sua capacidade. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$41.933. As dívidas, que possuem vencimento no curto prazo, serão liquidadas por meio do fluxo de caixa operacional, e, se necessário, por meio do aporte de acionistas. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos possuem garantias de sua controladora. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **b) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no fim de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, independentemente se esse preço é diretamente observável ou estimado através do uso de outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de ativos ou passivos, a Sociedade leva em consideração as características dos ativos ou passivos caso os participantes do mercado se baseiem nessas características para determinar os preços dos ativos ou passivos na data da mensuração. Além disso, para fins de elaboração de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são categorizadas nos Níveis 1, 2 ou 3, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.• Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Consórcio:** De acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação da Companhia no Consórcio TEGRAM - Itaqui (nota explicativa nº 1) é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, tem seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidos linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de sua participação. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas notas explicativas, sendo as principais a provisão para riscos, a vida útil-econômica e a análise de "impairment" do imobilizado e intangível. O resultado das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir dessas estimativas. **3. Principais Práticas Contábeis: a) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que, de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda. ***Empréstimos e recebíveis:*** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possuía nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de "hedge", durante o exercício nem tinha posições pendentes na data do balanço. **b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado, quando aplicável. **Depreciação:** Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são apresentadas a seguir:

Móveis e utensílios	1 a 10 anos
Equipamentos de computação	1 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos
Veículos	3 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos
Infraestrutura - TEGRAM	25 anos

c) Intangível: Concessões de serviços públicos: A Companhia possui participação de 25% no Consórcio TEGRAM - Itaqui, que, por sua vez, possui concessão de serviço público decorrente de contrato de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC" 12). **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software em cinco anos. **d) Avaliação do valor recuperável dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **e) Redução ao valor recuperável - (i) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que esta não consideraria em outras transações, as indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. A Companhia avalia os ativos do imobilizado com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido para todas as situações em que um desembolso ou consumo de recursos é considerado provável. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método dos juros efetivos. **h) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é proveniente de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **i) Lucro (prejuízo) por ação:** Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **4. Normas e Interpretações Novas e Revisadas:**

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2016.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1/CPC 26	Alteradas pela norma Iniciativa de Divulgação
Alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 38/CPC 04	Alteradas pela norma Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Alterações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 41/CPC 29	Alteradas pela norma: Agricultura: Plantas Produtivas
Alterações à IFRS 11/CPC 19	Alteradas pela norma Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto
Alterações à IFRS 10/CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 40	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

A adoção das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não impactou os valores reportados e/ou divulgados no período corrente. **Normas, interpretações e alterações de normas que ainda não estão em vigor**

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros com IFRS 4 - Contratos de Seguro	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15/CPC 47	Esclarecimentos sobre a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes emitida	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	Arrendamento	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Alterações à IFRS 2/CPC 10	Alterada pela norma Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseado em Ações	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Alterações à IFRS 10/CPC 36 e à IAS 28/CPC 18	Alteradas pela norma Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014–2016	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Alterações à IAS 7/CPC 03	Iniciativa de Divulgação	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12/CPC 32	Alterada pela norma Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestação Antecipada emitida	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Alterações à IAS 40/CPC 28	Alterada pela norma Transferências de Propriedade para Investimento	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018.

A Administração não acredita que essas novas normas terão impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	247	197
Aplicações financeiras (*)	3.910	6.212
Total	4.157	6.409

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas a taxas equivalentes a 100% do CDI (87% e 100% do CDI em 2015).

6. Contas a Receber de Clientes	31/12/16	31/12/15
Contas a receber	2.197	1.442
Total	2.197	1.442

7. Impostos a Recuperar	31/12/16	31/12/15
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.561	1.099
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	405	369
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	60	60
Outros	15	143
Total	2.041	1.671

8. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	31/12/16	31/12/15
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(22.516)	(6.326)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	7.655	2.151
Diferenças permanentes-		
Outras	(223)	(15)
Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício	7.432	2.136

O saldo de imposto de renda diferido ativo é composto como segue:

Ativo:	31/12/16	31/12/15
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	14.708	6.988
Outras provisões - diferenças temporárias	494	541
Total	15.202	7.529
Passivo:		
Capitalização de juros sobre empréstimo na aquisição de ativo	3.647	3.829
Ajuste da depreciação pela vida útil	834	411
Total	4.481	4.240
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	10.721	3.289

Os créditos reconhecidos estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a dez anos. **9.Partes Relacionadas:** Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Créditos com partes relacionadas - consórcio (*)	132	391
Total	132	391

(*) Os saldos referem-se a 25% do aporte não realizado por uma das consorciadas do TEGRAM - Itaqui.

10.Imobilizado

	31/12/16 Custo	31/12/16 Depreciação acumulada	31/12/16 Líquido	31/12/15 Líquido
Móveis e utensílios	324	(46)	278	200
Equipamentos de computação	1.320	(456)	864	991
Máquinas e equipamentos	37.615	(3.700)	33.915	35.638
Veículos	72	(12)	60	66
Prédios e edificações	55.082	(4.759)	50.323	52.665
Terrenos	540	-	540	540
Instalações	41.016	(3.975)	37.041	34.844
Construções em andamento (*)	1.106	-	1.106	5.831
Total	137.075	(12.948)	124.127	130.775

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2016 é como segue:

Custo:	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	31/12/15
Móveis e utensílios	42	35	(2)	147	222
Equipamentos de computação	47	10	-	1.151	1.208
Máquinas e equipamentos	2	140	(1)	37.209	37.350
Veículos	10	16	-	45	71
Prédios e edificações	2	-	(7)	54.928	54.923
Terrenos	503	-	-	37	540
Instalações	-	-	(47)	36.636	36.589
Adiantamento a fornecedores	379	2.000	-	(2.379)	-
Construções em andamento (*)	168.744	12.277	(4)	(175.186)	5.831
Subtotal	169.729	14.478	(61)	(47.412)	136.734
Depreciação acumulada:					
Móveis e utensílios	(2)	(20)	-	-	(22)
Equipamentos de computação	(7)	210	-	-	(217)
Veículos	(4)	(1)	-	-	(5)
Prédios e edificações	-	(2.258)	-	-	(2.258)
Máquinas e equipamentos	-	(1.712)	-	-	(1.712)
Instalações	-	(1.746)	1	-	(1.745)
Subtotal	13	(5.947)	1	-	(5.959)
Total	169.716	8.531	(60)	(47.412)	130.775

Custo:	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências	31/12/16
Móveis e utensílios	222	11	(4)	95	324
Equipamentos de computação	1.208	20	(4)	112	1.320
Máquinas e equipamentos	37.350	73	-	191	37.615
Veículos	71	1	-	-	72
Prédios e edificações	54.923	-	-	159	55.082
Terrenos	540	-	-	-	540
Instalações	36.589	5	-	4.422	41.016
Construções em andamento (*)	5.831	1.235	(713)	(5.262)	1.106
Subtotal	136.734	1.347	(721)	(283)	137.075
Depreciação acumulada:					
Móveis e utensílios	(22)	(25)	1	-	(46)
Equipamentos de computação	(217)	(241)	2	-	(456)
Veículos	(5)	(7)	-	-	(12)
Prédios e edificações	(2.258)	(2.501)	-	-	(4.759)
Máquinas e equipamentos	(1.712)	(1.988)	-	-	(3.700)
Instalações	(1.745)	(2.230)	-	-	(3.975)
Subtotal	(5.959)	(6.992)	3	-	(12.948)
Total	130.775	(5.650)	(718)	(283)	124.127

(*) Substancialmente representado pela construção da infraestrutura a ser utilizada pela Companhia em sua participação no Consórcio TEGRAM - Itaqui.

11. Intangível	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências Imobilizado	31/12/15
Direito de uso de terreno	64.457	4.530	(1.658)	(20.597)	46.732
Software	14	393	(15)	1.193	1.585
Direito de uso de terreno	-	-	-	66.816	66.816
Amortização	-	(3.089)	1	-	(3.088)
Total	64.471	1.834	(1.672)	47.412	112.045

	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências Imobilizado	31/12/16
Direito de uso concessão (a)	46.732	-	(5.207)	-	41.525
Software	1.585	-	-	283	1.869
Direito de uso de terreno (b)	66.816	-	-	-	66.816
Amortização	(3.088)	(7.021)	-	-	(10.109)
Total	112.045	(7.021)	(5.207)	283	100.102

(a) Refere-se ao contrato de concessão da Companhia no TEGRAM - Itaqui, que prevê arrendamento pelo prazo de 25 anos. (b) Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no TEGRAM - Itaqui.

12. Fornecedores	31/12/16	31/12/15
Materiais	173	1.524
Serviços	154	158
Total	327	1.682

13. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	31/12/16	31/12/15
Financiamentos para aquisiçãode ativo imobilizado- FINAME - financiamentos a empreendimentos - BNDES (a)	3,5% a.a.	26.480	30.075
Financiamentos para expansão-FINEM - financiamentos a empreendimentos-BNDES (a)	TJLP + 1,5% a.a.	48.685	35.714
Nota de Crédito à Exportação - Banco ABC S.A. (b)	100% CDI +2,35% a.a.	5.208	17.668
Nota de Crédito à Exportação Banco Sumitomo S.A. (c)	105,5% CDI	27.376	11.537
Total		107.749	94.994
Circulante		45.604	38.916
Não circulante		62.145	56.078

(a) Financiamentos para a construção e compra de máquinas e equipamentos do Porto TEGRAM, em São Luís - MA. Trata-se de contratos de FINAME e FINEM firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no mês de dezembro de 2013 e com primeira liberação em abril de 2014. O período de carência é de 12 meses e o período de amortização é de 96 meses, a partir de janeiro de 2015. A garantia desses contratos é uma carta de fiança firmada com o Banco Sumitomo S.A., no valor total do financiamento. (b) Refere-se ao contrato de Nota de Crédito à Exportação, firmado com o Banco Sumitomo S.A. em agosto de 2015. O período de carência é de 5 meses, e o pagamento do principal deve ser feito em uma única parcela em fevereiro de 2016. (c) Trata-se de contrato de fiança bancária, firmado com a CHS em abril de 2014, para garantir a carta de fiança contratada com o Banco Sumitomo S.A. A remuneração será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento realizado em outubro de 2014. As garantias desse contrato são o penhor da totalidade das ações detidas pela NovaAgri Infra-Estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. no capital social da Companhia e contragarantia da NovaAgri Infra-Estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A. nos termos do Instrumento Particular de Contragarantia firmado com a CHS. Os contratos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants"). O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos está demonstrado a seguir:

Exercício	R$
2017	45.604
2018	12.577
2019	12.392
2020	12.392
Após 2020	24.784
Total	107.749

A movimentação no exercício é como segue:

	31/12/15	Liberações	Amortização	Juros apropriados	Juros pagos	31/12/16
Empréstimos e Financiamentos	94.994	43.860	32.701	9.869	8.273	107.749
	94.994	43.860	32.701	9.869	8.273	107.749

14. Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais	31/12/16	31/12/15
Salários e encargos sociais	3	-
Provisões para férias e encargos previdenciários	208	182
Obrigações tributárias a recolher	932	642
Total	1.143	824

15. Provisão para Riscos: A Companhia não possui ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados como prováveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

16. Contas a Pagar pela Concessão - Fixo e Variável	31/12/16	31/12/15
Contas a pagar pela concessão - fixo e parcela fixa da parte variável - TEGRAM (*)	39.255	47.497
Total	39.255	47.497
Circulante	2.939	1.827
Não circulante	36.316	45.670

(*) Refere-se ao valor presente de um fluxo de caixa de 25 anos descontado a 7,21% ao ano, referente ao contrato de concessão da Companhia (vide nota explicativa nº 1). A contrapartida foi registrada no ativo intangível.

17. Outros Passivos	31/12/16	31/12/15
Provisões operacionais	995	411
Receita diferida	-	945
Outras	43	232
Total	1.038	1.588
Circulante	1.038	1.390
Não circulante	-	198

18. Capital Social e Reservas: Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R$116.000, representado por 116.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária está detalhada a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
NovaAgri Infra-Estrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S.A.	87.000	75
CHS Agronegócio - Indústria e Comércio Ltda.	29.000	25
Total	116.000	100

Reserva legal: Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (a) deliberar a retenção da parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (b) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório. **19. Prejuízo por Ação:** O prejuízo por ação foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e na média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme segue:

	31/12/16	31/12/15
Prejuízo do exercício	(15.084)	(4.190)
Total de ações ordinárias (média ponderada)	116.000	116.000
Prejuízo por ação (R$)	(0,130)	(0,036)

Não existe efeito de diluição em virtude de não haver instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

20. Composição da Receita Líquida	31/12/16	31/12/15
Receita bruta:		
Venda de mercadorias	3.325	1.013
Serviços prestados	14.181	24.975
Deduções-		
Devoluções	(2.164)	-
Impostos	(1.275)	(2.133)
Total	14.067	23.855

21. Custos e Despesas por Natureza	31/12/16	31/12/15
Pessoal	(4.941)	(3.289)
Insumos indiretos	(4.046)	(4.295)
Serviços de terceiros	(2.049)	(3.320)
Prestação de serviços	(610)	(412)
Depreciação e amortização	(14.013)	(9.036)
Aluguéis e locações	(1.438)	(3.024)
Outros	(2)	(354)
Total	(27.099)	(23.729)
Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:		
Custo das mercadorias vendidas	(189)	-
Custo dos serviços prestados	(23.399)	(21.803)
Despesas gerais e administrativas	(3.510)	(1.928)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1)	2
Total	(27.099)	(23.729)

22. Resultado Financeiro	31/12/16	31/12/15
Receitas financeiras:		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	1.393	1.458
Descontos obtidos	1	16
Variação cambial	29	696
Ganho em Operações com Instrumentos Financeiros	96	-
Outras receitas	177	260
Subtotal	1.696	2.430
Despesas financeiras:		
Multas e juros pagos ou incorridos	(9.870)	(7.503)
Despesas com Imposto sobre Operações Financeiras-IOF	(389)	(62)
Fiança bancária	(594)	(1.103)
Perda em Operações com Instrumentos Financeiros	(3)	-
Outras	(324)	(214)
Subtotal	(11.180)	(8.882)
Total	(9.484)	(6.452)

23. Instrumentos Financeiros: Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a) Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis da Companhia representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data do balanço foi como segue:

	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) (*)	4.157	6.409
Total	4.157	6.409

(*) A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros quanto com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com aplicações em títulos de renda fixa em instituições de baixo risco avaliadas por agências de "rating". **b) Risco de liquidez:** É o risco pelo qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações até o vencimento, sob condições normais ou de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia possui recursos ou alternativas para obtenção de recursos suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras e excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais, para os quais a Companhia possui seguro próprio. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016, incluindo pagamentos de juros estimados:

	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	(+) 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	39.753	5.851	12.577	37.176	12.392	107.749
Total	39.753	5.851	12.577	37.176	12.392	107.749

c) Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos (exceto riscos de crédito, mercado e liquidez), como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia, para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações. • Cumprimento de exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos.• Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.• Exigências de reportar prejuízos operacionais e ações corretivas propostas.• Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional.• Padrões éticos e comerciais. **d) Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração procura um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O índice de endividamento da Companhia no fim do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/16	31/12/15
Total do passivo	149.512	146.664
Caixa e equivalentes de caixa	(4.157)	(6.409)
Dívida líquida de caixa e títulos e valores mobiliários (A)	145.355	140.255
Total do patrimônio líquido (B)	94.751	109.835
(=) Índice de endividamento (A/B)	1,534	1,277

24. Análise de Sensibilidade: Os principais fatores de risco da Companhia são a exposição à flutuação do dólar, a das taxas de juros CDI e TJLP. Está apresentado a seguir o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação, considerando os seguintes cenários: • Cenário I: Considera as curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2016;• Cenário II: considera uma valorização e desvalorização de 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2016; • Cenário III: considera uma valorização e desvalorização 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2016.

Fator de risco	Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável)	Cenário II -25%	Cenário II 25%	Cenário III -50%	Cenário III 50%
Ativo							
Taxa de juros	CDI	3.910	482	(120)	120	(241)	241
Passivo							
Taxa de juros	IPCA	4.748	363	(91)	91	(182)	182
Taxa de juros	TJLP	48.685	3.335	(834)	834	(1.668)	1.668
Taxa de juros	CDI	32.583	1.270	(318)	318	(635)	635

25. Cobertura de Seguros e Outras Garantias e Fianças: a) Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens expostos a riscos significativos para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos da Companhia apresentavam-se segurados contra sinistros pelo montante total de R$867.892.

Cobertura de seguro	Seguradora	Valor segurado	Início	Fim
Seguro de Operador Portuário Contratante: Tegram Operações Portuárias S.A. Cossegurado: Terminal Corredor Norte S.A. 17.1700000034.28	ACE Seguradora S.A. (65%) XL Seguros Brasil (22%) Tokio Marine Seguradora S.A (13%)	190.092	16/03/16	16/03/17
Seguro de bens-Estoque de Produtos 17.96.0003054.12	ACE Seguros Soluções	657.800	01/03/16	01/03/17
Seguro de responsabilidade civil 510-0000019091	Tokio Marine	5.000	01/03/16	01/03/17
D & O - Responsabilidade Civil de Administradores 100-0000001020	Tokio Marine	15.000	13/06/16	13/06/17

b) Garantias e fianças bancárias: A Companhia é contratante de três instrumentos de prestação de fiança, emitidos pelos Bancos Itaú BBA S.A. e Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A, conforme a seguir: Contrato número: 100412030085400. Data de emissão da fiança: 5 de março de 2012. Data de vencimento da fiança: 7 de março de 2017. Afiançado: Terminal Corredor Norte S.A. Valor da fiança: R$2.676. Favorecido: Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP. Objeto da fiança: em garantia de dívida pecuniária decorrente exclusivamente da caução contratual, referente às obrigações que devem ser cumpridas pelo Afiançado, no arrendamento para exploração do Lote I do TEGRAM, do Porto de Itaqui, envolvendo investimentos do Afiançado necessários à construção, administração, operação e manutenção das instalações portuárias, visando à movimentação e ao armazenagem de granéis sólidos vegetais, na corrente de exportação, conforme Contrato nº 008/2012 - EMAP firmado em 2 de fevereiro de 2012 entre o Favorecido e o Afiançado, cuja cópia se encontra em poder do Fiador. Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Contrato número: 003/2016/CFI. Data de emissão da fiança: 6 de janeiro de 2016. Data de vencimento da fiança: 6 de janeiro de 2018. Afiançado: Terminal Corredor Norte S.A. Valor da fiança: R$20.000. Objeto da fiança: cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0660.1. Favorecido: BNDES. Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Contrato número: 020/2016/CFI. Data de emissão da fiança: 5 de fevereiro de 2016. Data de vencimento da fiança: 5 de fevereiro de 2018. Afiançado: Terminal Corredor Norte S.A. Valor da fiança: R$70.400. Objeto da fiança: cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1071.1. Favorecido: BNDES. **26. Transações Não Caixa.** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou redução no saldo do ativo intangível decorrente da reavaliação do contas a pagar da concessão no montante de R$ 5.207 Em 31 de dezembro 2015, a Companhia possuía saldo a pagar a fornecedores de R$116, referente a aquisição de itens para os ativos imobilizados e intangível. **27. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de março de 2017.

Marcus Vinicius Menoita Nogueira (Diretor) — **Felipe Moreira Caram** (Diretor) — **Ayla Maria Candido Vieira** - Contadora - TC - CRC-CE 012737/O-6

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Terminal Corredor Norte S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal Corredor Norte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal Corredor Norte S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017
DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.
Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2